



PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE  
1-109 2008.  
*[Assinatura]*

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

**ACÓRDÃO Nº 5. 416**  
**(01.09.2008)**

**PROCESSO** : Nº 400 - CLASSE 30 - ANO 2008  
**PROCEDÊNCIA** : FLEXEIRAS /AL  
**RECORRENTE** : **COSMO JOSÉ DA SILVA**, candidato ao cargo de vereador no Município de Flexeiras / AL.  
**ADVOGADO** : Thyago Tenório Correia de Ataíde Cavalcanti – OAB/AL 7.412 e outro  
**RECORRIDO** : **COLIGAÇÃO LIBERDADE PARA FLEIXEIRAS**  
**ADVOGADO** : Alisson Calheiros Espíndola – OAB/AL 7.470 e outros  
**RELATORA** : **JUÍZA ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS**

**Ementa.**

**RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. INDEFERIMENTO. TESTE REALIZADO PELA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL. INAPTIDÃO. CAUSA DE INELEGIBILIDADE COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO.**

1. Para o deferimento do registro de candidatura devem estar presentes todas as condições de elegibilidade, bem como afastadas todas as causas de inelegibilidade.
2. O teste para verificação de alfabetização, realizado pela EJE deste Tribunal, considerou o pretense candidato como inapto, o que justifica o indeferimento do registro pelo Juízo *a quo*, por não comprovação da condição de alfabetizado.
3. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso eleitoral, nos termos do voto da Relatora.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, 01 do mês de setembro do ano de 2008.

*[Assinatura]*  
**DES. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA** – Presidente

*[Assinatura]*  
**JUÍZA ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS** – Relatora

*[Assinatura]*  
**NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY** – Procuradora Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

---

**RELATÓRIO**

Cuidam os presentes autos de Recurso Eleitoral Inominado interposto por COSMO, objetivando a reforma da decisão da Exmo. Juiz Eleitoral da 53ª Zona Eleitoral – São Brás, que, acolhendo a impugnação apresentada, indeferiu o seu pedido de registro de candidatura ao cargo de Vereador na cidade de Olho d'Água Grande, em virtude da não comprovação da sua alfabetização.

O recorrente alega, inicialmente, a inconstitucionalidade da Resolução TRE/AL nº 14.700. No mérito, sustenta que o recorrente comprovou a condição de alfabetizado ao apresentar declaração de próprio punho, bem como que o recorrente acertou 20% das questões do teste de alfabetização realizado.

Requer o provimento do apelo.

Contra-razões às fls. 55/58.

A Procuradora Regional Eleitoral opina pela manifestação oral na ocasião do julgamento.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

**VOTO**

Inicialmente, reconheço a tempestividade do recurso, haja vista que interposto dentro do prazo de 03 (três) dias, de acordo com os arts. 8º, caput, da LC nº 64/90, e 51, caput, da Resolução TSE nº 22.717/2008.

Nos presentes autos, ao tentar comprovar sua escolaridade, o recorrente apresentou declaração da Secretaria Municipal de Educação de Fleixeiros de que teria participado do curso de alfabetização no ano de 2007, nos termos do art. 29, § 2º da Resolução TSE nº 22.717.

No Processo de Pedido de Registro de Candidatura, compete ao magistrado “formar sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegadas pelas partes, mencionando, na decisão os que motivaram o seu convencimento” – art. 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 64/90.

No exercício do seu livre convencimento, o MM. Juiz não restou convencido da declaração apresentada, especialmente porque desprovida de qualquer histórico escolar, pelo que poderia utilizar-se de quaisquer outros meios para aferir a causa de inelegibilidade, como o fez, optando por determinar a realização de teste de alfabetização disponibilizado pela Escola Judiciária Eleitoral, desta Corte.

A Resolução TRE/AL nº 14.700/2008, em seu art. 3º, também é clara ao dispor que o teste deverá ser realizado “*quando o juiz eleitoral não considerar satisfatória a documentação, acostada ao pedido de registro, acerca da escolaridade do pré-candidato*”.

Como o recorrente não logrou êxito no teste realizado pela Escola Judiciária, não afastando a causa de inelegibilidade do analfabetismo, não poderia ter o registro deferido pelo magistrado de 1º grau.

Sendo o teste elaborado com critérios objetivos, não são possíveis as alegações, de cunho subjetivo, de que o recorrente não obteve melhor desempenho por se encontrar nervoso no momento da realização.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

---

Fixados os critérios para aferição da alfabetização, através de teste regulamentado por Resolução deste E. Tribunal, só dois resultados serão possíveis: aprovação ou reprovação.

No caso, o recorrente acertou 20% da prova, quando deveria acertar o percentual mínimo de 50% das perguntas (art. 4º, § 8º da Resolução TRE 14.700) para ser aprovado. Assim, *“o candidato é considerado INAPTO no teste para verificação de alfabetização”*, nos termos do parecer de fls. 33.

Por fim, acrescento que nossa Egrégia Corte já se pronunciou de igual forma nos autos do Recurso Eleitoral nº 92.

No tocante à alegada inconstitucionalidade da Resolução nº 14.700 deste Tribunal, não merece prosperar tal sustentação, posto que a Resolução atacada tão somente procura meios para a aferição da condição de alfabetizado dos candidatos, visando uniformizar o procedimento no Estado de Alagoas.

Ademais, o magistrado de 1º grau não está obrigado a determinar a realização do teste, podendo afastar a causa de inelegibilidade por outros meios, pelo que rejeito a sua inconstitucionalidade.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer o presente recurso, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a sentença de 1º grau que indeferiu o registro de candidatura do recorrente.

É como voto.

**JUÍZA ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS**

**Relatora**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

EXTRATO DA ATA  
79<sup>a</sup> Sessão Ordinária de 2008)

Recurso Eleitoral n.º 400, Classe 30.

Recorrente: Cosmo José da Silva

Advogado: Thyago Tenório Correia de Ataíde Cavalcanti e outro

Recorrido: Coligação Liberdade para Fleixeiros

Advogado: Alisson Calheiros Espíndola e outros

Decisão: À unanimidade de votos, conheceu e negou provimento ao recurso eleitoral. (Acórdão nº 5. 416, de 01.09.2008).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO, Drs. ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS (Relatora), MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ELOÍNA MARIA BRAZ DOS SANTOS e FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR, bem como a eminente Procuradora Regional Eleitoral, Dra. NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY.

SESSÃO DE 01.09.2008

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 5. 416, de 01/09/2008, foi conferido e publicado na 79<sup>a</sup> sessão, realizada na mesma data. Eu, [Assinatura], lavrei a presente certidão, em Maceió, em 01/09/2008, que vai assinada pela Coordenadora de Sessões.

[Assinatura]  
Coordenadora de Sessões